

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
CONSELHO SUPERIOR

Reunião extraordinária de 16/09/2016

Ata 06/2016

Aos dezesseis dias de setembro de 2016, na sala dos Conselhos da Reitoria, o Conselho Superior realizou reunião extraordinária, sob a presidência do reitor Marcelo Bender Machado, para tratar da aprovação do regulamento para a eleição das Comissões Eleitorais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. Presentes os conselheiros e convidados Marilvana Tavares Giacomelli Tavares, Claire Gomes dos Santos, Fernanda Cristina Camillo, José Luiz Lopes Itturriet, Diego Alessandro Pereira dos Santos, Braulio Sérgio Mewius, Álvaro Luiz Carvalho Nebel, Carlos Alberto Soares da Silva, Marilice Chapper, Emanuel Marques Queiroga, José Firmino Machado dos Santos, Geraldo Dias Barbosa, Pablo Machado Mendes, Emerson da Rosa Rodrigues, Raíssa Castro Vasconcelos, Marco Antônio da Silva Vaz, Ademir Dorneles de Dorneles, Leonardo Lorenzatto de Britto, Roberta Bermudes dos Santos Silva, Giulia D'Ávila Vieira, Marcel Moscarelli Correa, Celio Ziotti, Jiovana Sousa Gomes, Fabian Eduardo Debenedetti Carbajal, Daiane da Silva Gomes, Bruna de Oliveira Farias, Fabricio Luis Haas, Fernando Barkert, Marcelo Leivas Lucena, Rafael Blank Leitzke, Milton Britto de Almeida, Maria Regina Rosa Lima, Silvia Elena Koth Sedrez, Alexandre Pitol Boeira, Edimara Luciana Sartori, Silvana Lurdes Maschio, Luciana Neves Loponte, Marcos Roberto Prietto Schwants, Ana Luiza Wickboldt Schneider, Carlos Alexandre Wurzel, Giovana Minuscoli Maciel, Gelson Luis Peter Corrêa, Moisés Beck, Voldinei Vargas da Costa, Laís Milena Rosa Correa, Henrique Ziglia Maia, Adelaide Marli Neis. Justificaram ausência os conselheiros Cláudia Redecker Schwabe, Daltro Ben Hur Ramos de Carvalho Filho, Martimiano Krusciel de Moraes, Osni da Costa Rodrigues, Letícia Rehbein Jeske, Renato Louzada Meireles, Isabel Castro Bonow, André Luis Pereira, Miguel Ângelo Pereira Dinis, Ana Paula Vaz Albano, Felipe Leindecker Montebianco, Max Lindoberto Castro Gonçalves, Letícia Santos da Silva, Giselle Schweickardt, Daiani Nogueira Luche, Gláucia Carine Tasso dos Santos, Renan Garcia Nunes, Érico de Ávila Madruga, Mack Léo Pedroso, Mauro Castro Martin e Flávia Katrein da Costa. O presidente agradeceu a presença dos conselheiros no momento de aprovação dos documentos que irão conduzir um processo importante como é a eleição dos dirigentes máximos do IFSul. Mencionou o falecimento do representante docente do câmpus Charqueadas, Antônio Pedro da Silva Filho, que além de conselheiro foi diretor do câmpus e com uma trajetória bastante grande no instituto desde a década de 90 e pediu um minuto de silêncio para homenageá-lo por sua trajetória. A seguir, foram empossados novos conselheiros. A conselheira Marilice Chapper lembrou o e-mail encaminhado pelo PRONATEC, informando sobre a nova pactuação, que a recomendação é que dentro das possibilidades de cada câmpus se repita, que verifiquem editais de professores e também o SISTEC que já tem cursos, CaVG, Bagé e Novo Hamburgo já têm cursos pactuados; que o e-mail pede que os câmpus verifiquem o SISTEC para ver se tem alguma demanda; o início dos cursos é até 15 de outubro, que a recomendação é de cursos com 160 horas e no máximo 180 horas. O conselheiro Geraldo Barbosa reforçou o convite para o Torneio de Robótica, no câmpus Camaquã, dia 24 próximo. Entrou em discussão o **regulamento para eleição dos componentes das COEs**. Considerando a impossibilidade de comparecimento da conselheira Daiani Luche, presidente da comissão, a conselheira Marlise Sozio Vitcel passou à condução das discussões, fazendo alguns esclarecimentos; disse terem elaborado uma proposta inicial, que foi repassada ao Procurador Federal, que havia um calendário inicial na proposta para realizar a eleição ainda na semana de 25 de setembro; que infelizmente ele não conseguiu dar o parecer em tempo hábil; houve outra

43 reunião, via webconferência, fizemos nova proposta de calendário encaminhando-a para os
44 conselheiros com o regulamento; encaminhamos também o parecer em relação ao nosso
45 regulamento e todo o material está disponibilizado para discutirmos. O conselheiro Milton
46 Almeida disse que alguns conselheiros não conseguiram receber o material; o diretor do câmpus
47 Pelotas não recebeu até agora; que recebeu agora de manhã e teve dificuldade de concluir a
48 leitura. O presidente propôs que o regulamento seja analisado item a item. A secretária
49 Marilvana Tavares esclareceu que houve problemas de internet com o câmpus Pelotas e os e-
50 mails da reitoria, mas como a colega Silvia recebeu e confirmou o recebimento, presumiu que
51 todos os conselheiros do câmpus Pelotas tivessem recebido. Pediu desculpas e disse que irá
52 contatá-los individualmente, até que o sistema se estabilize. O conselheiro Milton Almeida disse
53 ter recebido aviso de que seu nome foi excluído da lista de emails do CONSUP. A secretária
54 explicou que isso acontece com certa frequência, de recebermos mensagens com essa
55 informação, que são as inconstâncias do nosso sistema, mas vai revisar toda a lista. O
56 conselheiro Rafael Leitzke perguntou se foi disponibilizado na página, tendo a secretária
57 respondido que não. O presidente disse que irá projetar e ler o documento, pontuando os
58 parágrafos, para que os membros da pré-COE façam os esclarecimentos necessários; que vai
59 usar o nome oficial comissão conselho superior comissão eleitoral – CCSCOE. Em relação ao
60 artigo 5º, a conselheira Marilice Chapper disse que o anexo 1 é o cronograma; na verdade seriam
61 os anexos 2, 3 e 4; a conselheira Marlise Vitcel disse que o anexo 1 se refere à data em que a
62 pessoa deve se inscrever, então colocou no calendário, que vai ser dia 3 de outubro, no gabinete
63 da direção ou na reitoria. A conselheira Regina Lima disse que o anexo 1 é cronograma e os
64 demais são formulários de inscrição, não anexos. O conselheiro Fabian Carbajal sugeriu mudar
65 a redação para data e local conforme anexo 1, definindo que este é para data e local de inscrição.
66 O conselheiro Milton Almeida disse que a redação está correta, dizendo onde o candidato
67 deverá fazer a inscrição, os alunos nos câmpus e os técnicos da reitoria, na reitoria. Depois,
68 informa o horário, conforme o anexo 1. O conselheiro Fabian considera importante reforçar o
69 vínculo, colocando data conforme anexo 1 – item 2. A conselheira Regina Lima disse ter dois
70 itens 2 no anexo 1, que serão arrumados. O conselheiro Milton Almeida disse que a numeração
71 está toda equivocada no anexo 1. O presidente perguntou se a nova redação contempla. A
72 conselheira lembrou que para a inscrição são necessárias as fichas de inscrição que também
73 devem ser referenciadas nos anexos. A conselheira Marlise disse que pode acrescentar
74 “mediante requerimento – anexos 2, 3 e 4” entre parênteses. O presidente perguntou se esta
75 redação contempla as necessidades, havendo concordância. Sobre o art. 8º, o conselheiro
76 Milton Almeida disse não estar claro qual o critério de vínculo, se a primeira matrícula ou o
77 câmpus onde o estudante permanece mais tempo durante a semana. A conselheira Marlise
78 Vitcel disse que a intenção é que ele vote onde está há mais tempo como estudante regular;
79 que a primeira matrícula pode ter sido cancelada. O conselheiro Pablo sugere que seja relativo
80 à matrícula mais atual; que às vezes o aluno está vinculado ao técnico porque não concluiu o
81 estágio, mas está cursando um tecnólogo, então deve ser considerada a mais nova; em algum
82 momento tem que regular onde o aluno vai votar, pois aqui em Pelotas, o aluno pode ter uma
83 matrícula num curso técnico no CaVG e num tecnólogo do Pelotas. A conselheira Regina Lima
84 perguntou se, pertencendo aos dois câmpus, ele não teria que escolher os dois diretores. O
85 presidente lembrou que esta é a eleição para a COE, mas esse é um detalhe para se pensar no
86 regulamento da eleição. O conselheiro Rafael Leitzke concorda que a matrícula mais recente é
87 o mais adequado porque, em tese, o aluno está frequentando o último curso em que se
88 matriculou; no câmpus Pelotas tem matrículas ativas dos anos 80, de alunos que não fizeram
89 estágio nem entregaram relatório, mas podem estar fazendo um curso de tecnologia. A
90 conselheira Marlise Vitcel concorda com a proposta, pois a ideia é apenas regular. O conselheiro

43 reunião, via webconferência, fizemos nova proposta de calendário encaminhando-a para os
44 conselheiros com o regulamento; encaminhamos também o parecer em relação ao nosso
45 regulamento e todo o material está disponibilizado para discutirmos. O conselheiro Milton
46 Almeida disse que alguns conselheiros não conseguiram receber o material; o diretor do câmpus
47 Pelotas não recebeu até agora; que recebeu agora de manhã e teve dificuldade de concluir a
48 leitura. O presidente propôs que o regulamento seja analisado item a item. A secretária
49 Marilvana Tavares esclareceu que houve problemas de internet com o câmpus Pelotas e os e-
50 mails da reitoria, mas como a colega Silvia recebeu e confirmou o recebimento, presumiu que
51 todos os conselheiros do câmpus Pelotas tivessem recebido. Pediu desculpas e disse que irá
52 contatá-los individualmente, até que o sistema se estabilize. O conselheiro Milton Almeida disse
53 ter recebido aviso de que seu nome foi excluído da lista de emails do CONSUP. A secretária
54 explicou que isso acontece com certa frequência, de recebermos mensagens com essa
55 informação, que são as inconstâncias do nosso sistema, mas vai revisar toda a lista. O
56 conselheiro Rafael Leitzke perguntou se foi disponibilizado na página, tendo a secretária
57 respondido que não. O presidente disse que irá projetar e ler o documento, pontuando os
58 parágrafos, para que os membros da pré-COE façam os esclarecimentos necessários; que vai
59 usar o nome oficial comissão conselho superior comissão eleitoral – CCSCOE. Em relação ao
60 artigo 5º, a conselheira Marilice Chapper disse que o anexo 1 é o cronograma; na verdade seriam
61 os anexos 2, 3 e 4; a conselheira Marlise Vitcel disse que o anexo 1 se refere à data em que a
62 pessoa deve se inscrever, então colocou no calendário, que vai ser dia 3 de outubro, no gabinete
63 da direção ou na reitoria. A conselheira Regina Lima disse que o anexo 1 é cronograma e os
64 demais são formulários de inscrição, não anexos. O conselheiro Fabian Carbajal sugeriu mudar
65 a redação para data e local conforme anexo 1, definindo que este é para data e local de inscrição.
66 O conselheiro Milton Almeida disse que a redação está correta, dizendo onde o candidato
67 deverá fazer a inscrição, os alunos nos câmpus e os técnicos da reitoria, na reitoria. Depois,
68 informa o horário, conforme o anexo 1. O conselheiro Fabian considera importante reforçar o
69 vínculo, colocando data conforme anexo 1 – item 2. A conselheira Regina Lima disse ter dois
70 itens 2 no anexo 1, que serão arrumados. O conselheiro Milton Almeida disse que a numeração
71 está toda equivocada no anexo 1. O presidente perguntou se a nova redação contempla. A
72 conselheira lembrou que para a inscrição são necessárias as fichas de inscrição que também
73 devem ser referenciadas nos anexos. A conselheira Marlise disse que pode acrescentar
74 “mediante requerimento – anexos 2, 3 e 4” entre parênteses. O presidente perguntou se esta
75 redação contempla as necessidades, havendo concordância. Sobre o art. 8º, o conselheiro
76 Milton Almeida disse não estar claro qual o critério de vínculo, se a primeira matrícula ou o
77 câmpus onde o estudante permanece mais tempo durante a semana. A conselheira Marlise
78 Vitcel disse que a intenção é que ele vote onde está há mais tempo como estudante regular;
79 que a primeira matrícula pode ter sido cancelada. O conselheiro Pablo sugere que seja relativo
80 à matrícula mais atual; que às vezes o aluno está vinculado ao técnico porque não concluiu o
81 estágio, mas está cursando um tecnólogo, então deve ser considerada a mais nova; em algum
82 momento tem que regular onde o aluno vai votar, pois aqui em Pelotas, o aluno pode ter uma
83 matrícula num curso técnico no CaVG e num tecnólogo do Pelotas. A conselheira Regina Lima
84 perguntou se, pertencendo aos dois câmpus, ele não teria que escolher os dois diretores. O
85 presidente lembrou que esta é a eleição para a COE, mas esse é um detalhe para se pensar no
86 regulamento da eleição. O conselheiro Rafael Leitzke concorda que a matrícula mais recente é
87 o mais adequado porque, em tese, o aluno está frequentando o último curso em que se
88 matriculou; no câmpus Pelotas tem matrículas ativas dos anos 80, de alunos que não fizeram
89 estágio nem entregaram relatório, mas podem estar fazendo um curso de tecnologia. A
90 conselheira Marlise Vitcel concorda com a proposta, pois a ideia é apenas regular. O conselheiro

91 José Itturriet disse que poderá haver aluno que vai votar duas vezes em dois câmpus para diretor
92 e para reitor. O presidente disse que a COE central vai ter que cuidar desse detalhe; quando
93 pegar as listas de cada câmpus terá que ter um apoio tecnológico para que possa gerar uma lista
94 toda para ver quais os casos de redundância, não precisa suporte de TI, pode ser lista de Excel.
95 As listas que serão entregues agora deverão ser analisadas para servir de base para a eleição
96 dos dirigentes. O conselheiro José Itturriet disse que gostaria de achar uma alternativa que já
97 deixasse clara a impossibilidade do voto em duplicidade para reitor. O presidente disse achar
98 preponderante que a CCSCOE e depois a COE central tenham esse cuidado no burilamento das
99 listas. O conselheiro Emanuel Queiroga sugeriu que a PROEN deve informar uma lista com o CPF
100 de quem tem duas matrículas. O presidente disse que não sabe se seria a PROEN, porque estão
101 pedindo as listas para o setor de registros acadêmicos e PROGEP para os servidores; acha que
102 caberia um adendo colocando "de cada câmpus" no art. 6º; que com o suporte da coordenação
103 de ensino poderemos evitar as redundâncias de CPF e matrículas. O conselheiro Rafael Leitzke
104 pediu que fosse acrescido "pelos departamentos/diretorias". A conselheira Marlise explicou que
105 no câmpus Sapucaia há professores substitutos que são técnico-administrativos, embora saiba
106 que aqueles não têm direito a voto. O conselheiro Rafael Leitzke considera o parágrafo 2º
107 desnecessário, por não ter lógica, uma vez que havendo a situação ele só pode votar como
108 técnico; que se houver um docente também técnico, estamos dizendo que ele vai votar como
109 técnico e não há lógica. A conselheira Marlise explicou que a lógica é que o voto do técnico tem
110 um peso maior, por ser em menor número. O conselheiro Rafael Leitzke considera que a
111 comissão eleitoral não pode determinar o segmento ao qual o servidor quer pertencer. O
112 conselheiro Emanuel Queiroga disse que a lógica entre mais ou menos votos não conta no
113 momento, porque estão sendo escolhidos entre os pares, o peso do voto é o mesmo. Colocada
114 em votação a manutenção ou retirada do parágrafo 2º, foi aprovada, por maioria, a retirada do
115 referido parágrafo. A conselheira Regina Lima disse que, no art. 11 consta os turnos, mas não
116 define os horários. A conselheira Marlise disse terem preferido deixar em aberto para cada
117 comissão definir conforme o entendimento do câmpus/reitoria, desde que abranja os três
118 turnos. Em relação ao art. 8º, o representante de Lajeado perguntou se aluno com matrícula
119 trancada pode votar. A conselheira Marlise disse que consta no art. 7º a condição de discentes
120 regularmente matriculados. O conselheiro Álvaro Nebel questionou sobre os alunos
121 regularmente matriculados no ensino a distância. O parecer do procurador para essa COE foi
122 apresentado na tela e a conselheira Marlise disse que segundo ele, no esclarecimento 4, o aluno
123 deve votar no câmpus em que o curso em que está matriculado é ofertado; que para as eleições
124 gerais deve ser feita nova consulta pela COE. O conselheiro Álvaro disse não estar questionando
125 onde votarão mas quer que conste no regulamento essa disposição. A conselheira Marlise disse
126 que eles estão contemplados no art. 7º, pois regularmente matriculados contempla o aluno EaD.
127 O conselheiro Álvaro disse que há preocupação com aluno EaD; que foi feita consulta ao
128 procurador, que ele respondeu à preocupação da pré-COE e a resposta do procurador não têm
129 reflexo no regulamento; tem que ter um artigo especificando que alunos a distância poderão
130 candidatar-se e deverão votar no câmpus onde estão matriculados. A conselheira disse que a
131 dúvida, quando da consulta, seria se teriam que ir a cada polo ou se eles votariam no câmpus,
132 por conta da exiguidade de tempo. O conselheiro Álvaro Nebel ratificou o pedido para que
133 conste no regulamento a possibilidade de o aluno EaD se inscrever e vir votar no câmpus onde
134 está matriculado. O presidente colocou uma proposta de texto, mas não está claro se inclui ou
135 não a diferenciação entre as modalidades. O conselheiro Álvaro Nebel lembrou que isso foi
136 motivo de judicialização na eleição de 2012; não apareceu no momento da execução do
137 regulamento, mas apareceu depois de ocorrida a eleição. A conselheira Marlise explicou que
138 colocou inscrição por procuração para atender alunos EaD e aqueles que não estão na escola no

139 dia das inscrições, pois o regularmente matriculado contempla o EaD e a procuração contempla
140 o que não está presente no dia. O presidente propôs a inclusão de uma redação explicativa no
141 art. 7º sobre as diferentes relações de modalidade presencial e a distância. Por contraste, foi
142 vitoriosa a proposta de não alterar o texto original. Em relação ao art. 10, para ficar igual aos
143 demais artigos, foi solicitado acrescentar "conforme cronograma constante no anexo 1". A
144 conselheira Marilice disse não ter entendido se haverá um representante de segmentos eleitos
145 para o Conselho Superior, se a comissão organizadora vai ter um representante TA, docente e
146 discente do Conselho Superior. A conselheira Marlise Vitcel colocou que os conselheiros estão
147 fazendo parte da comissão organizadora, no seu câmpus um de cada segmento e mais um da
148 direção e mais o suplente; se entender que precisa de mais pessoas para fazer a eleição
149 podemos indicar desde que essas pessoas não estejam concorrendo ao pleito. Foi dito então
150 que os conselheiros já são membros dessa comissão eleitoral da COE. O conselheiro Álvaro
151 Nebel perguntou por que o gabinete está envolvido como nos artigos "o gabinete recebe, o
152 gabinete encaminha"; foi explicado que há câmpus em que o gabinete é o local que fica aberto
153 durante todo o horário de atendimento, sendo o lugar de mais fácil concentração. O conselheiro
154 Álvaro Nebel disse que imaginar não vale, tem que ser real. A conselheira Marlise disse que a
155 comissão não tem um local no câmpus, então o câmpus tem que disponibilizar o gabinete para
156 isso; que no seu câmpus o gabinete não funciona à noite, então a comissão vai ter que estar lá
157 para fazer receber as inscrições. O gabinete é usado apenas como local, porque a
158 responsabilidade é da comissão. Em relação ao art. 16, o presidente lembrou à CCSCOE que este
159 momento de transportar as urnas de um lado para outro exige cuidado, que são questões
160 operacionais a serem pensadas. Sobre o art. 17, a conselheira Marilice lembrou que não consta
161 horário no cronograma do anexo 1. O presidente lembrou que, na análise do cronograma,
162 deverá ser dada atenção ao art. 17, sobre a questão da abertura das urnas. O conselheiro Milton
163 Almeida perguntou quem abre a urna no caso de o representante da CCSCOE não estar presente,
164 por que poderia ser um membro da comissão eleitoral que já está no local e da qual fazem parte
165 o representante da CCSCOE e os representantes do Conselho Superior. Foi respondido que a
166 ideia é que o representante acompanhe todo o processo e a contagem de votos é uma parte
167 importante do processo que ele deveria participar. O conselheiro Milton Almeida disse
168 entender, mas que sempre existe a eventualidade de uma enfermidade ou outro motivo do
169 representante da CCSCOE não estar já que é só um de cada câmpus. O conselheiro Fabian
170 Carbajal disse ter uma inconsistência no art. 17 quando diz que as urnas serão abertas por um
171 representante, cumprindo as formalidades previstas e perguntou quais formalidades. A
172 conselheira Marlise disse que as formalidades são a ata, a urna estar lacrada e ser levada até o
173 local pelos mesários, de fazer todo esse processo e o relatório da urna. O conselheiro Fabian
174 disse que precisa especificar que só poderá ser aberta na presença de várias pessoas,
175 candidatos, testemunhas, eleitores, para evitar que seja aberta com a presença de uma só
176 pessoa e resguarde a lisura do processo. A conselheira Marlise disse que poderiam ser
177 acrescidos dois parágrafos, um colocando se houver impossibilidade do representante da
178 CCSCOE e outro colocando que as urnas só poderão ser abertas na presença de, no mínimo,
179 duas pessoas. Foi proposta para o §1º a redação "Na impossibilidade da presença do
180 representante da CCSCOE, a abertura da urna deverá ser efetivada por um membro da comissão
181 organizadora". O presidente colocou em votação o novo texto do art. 17, aprovada. O
182 conselheiro Rafael Leitzke disse ter ficado em dúvida, no art. 21, quando o mesmo cita que o
183 servidor deve comprovar sua lotação/exercício no câmpus por meio de documento oficial. Disse
184 ter diversos docentes e TAs lotados no câmpus Pelotas exercendo suas funções na reitoria e
185 perguntou onde eles devem votar. Sugeriu retirar exercício, definindo a lotação como lugar de
186 votação. A conselheira Marlise disse que deixou assim em função do pessoal que hoje está na

187 reitoria, inclusive o professor Marcelo Bender, que teria que se deslocar até seu câmpus de
188 origem, para votar. Perguntou se votos de docentes e TAs que votarem na reitoria serão
189 revertidos para seus câmpus, disse que em Pelotas é mais complicado ainda porque tem pessoas
190 trabalhando ativamente nos câmpus e na reitoria. Foi alegado pela comissão que alguns
191 servidores estão longe do local de votação. Disse que, por exemplo, há colegas do câmpus Bagé
192 lotados na reitoria e a conhecem mais que ao câmpus. O conselheiro Rafael Leitzke vê mais
193 problemas com os docentes, uma vez que não há como votar neste segmento na reitoria, tendo
194 que votar no câmpus em que está lotado. O presidente disse que estamos falando da COE, mas
195 que para a eleição temos que fazer esse debate mais aprofundado, porque possivelmente as
196 pessoas tenham mais interesse em votar para o gestor do que para a COE. O presidente colocou
197 em votação a proposta de retirar "exercício" como local de votação para a composição da COE,
198 que foi aprovada por maioria. O presidente perguntou como será conferida a lotação e disse
199 que poderá ser disponibilizada uma lista, com antecedência, permitindo que as pessoas
200 conferissem e não houvesse problemas; que o contracheque atual poderia ser o documento
201 oficial por ter a lotação atualizada. No art. 30 o conselheiro Rafael Leitzke sugeriu que fosse
202 alterado de "maior tempo no IFSul" para "maior tempo na instituição" lembrando que no
203 câmpus Pelotas muitos têm o mesmo tempo do IFSul porque são remanescentes do Cefet,
204 devendo ser considerado esse tempo e o de ETPPel, bem como o CaVG deve computar o tempo
205 de UFPel. A proposta do conselheiro foi aceita. Em relação ao art. 33, o presidente sugeriu que
206 deve ser incluída a expressão "registrada em ata", uma vez que todo o material produzido
207 poderá ser encaminhado posteriormente a Brasília; a proposta foi aceita. O conselheiro Carlos
208 Silva perguntou sobre a pessoa indicada para a COE central, se houver uma divergência, sobre
209 qual pessoa vai integrar, dentro do grupo e sugeriu que se incluía "deve ser eleita entre os
210 membros, através de votação", que os nove votam; o presidente disse não serem
211 necessariamente nove, porque de algum segmento pode haver apenas 2 representantes. Se
212 necessitar indicação tem que vir para o Conselho indicar, mas já vão trazer o nome da COE
213 central. O conselheiro Milton Almeida perguntou se há previsão efetiva de reunião das COEs de
214 todos os câmpus com a COE da reitoria, pois o artigo diz que as comissões eleitorais dos câmpus
215 com representantes da reitoria, todos eleitos, indicarão entre seus membros, em reunião
216 conjunta um representante. A resposta foi negativa. O conselheiro Milton Almeida disse que
217 então será em reuniões individuais. Foi retirada a palavra "conjunta" da redação do artigo.
218 Sobre o § único, o presidente perguntou quem indicaria o representante sindical. O conselheiro
219 Emanuel Queiroga disse ser uma questão: a discutir o Decreto 6.986/2009 é bem claro e
220 diferencia a regulamentação das eleições nos institutos das eleições nas universidades, no art.
221 4º fala sobre a composição das COEs e em nenhum momento cita representante da reitoria,
222 muito menos representante sindical. Colocando isso na COE estamos em discordância com o
223 Decreto que fala só em três representantes do corpo docente, três TAs e três discentes. O
224 presidente disse já haver uma consulta ao Procurador sobre isso. A conselheira Marlise disse
225 que a justificativa é que não teve judicialização nos outros pleitos, por isso poderia ser mantido
226 com a participação dos representantes da reitoria e sindical. O conselheiro Rafael Leitzke disse
227 que sempre que se monta um regulamento tem que ter uma previsão muito clara de como
228 vamos nos defender em caso de judicialização; os câmpus têm colégio eleitoral, reitoria tem um
229 colégio eleitoral, qual é o colégio eleitoral do sindicato? Se judicializar, vê com tranquilidade
230 uma boa argumentação: o Decreto não prevê representação da reitoria, mas como temos
231 colégio eleitoral, temos representante da reitoria; como vamos defender a participação do
232 sindicato, se queremos a participação dele? Temos argumento jurídico para defender a
233 participação dele? O auditor Henrique Maia disse que vem trabalhando há dois anos na
234 avaliação do pleito e agora participando como apoio à CCSCOE, como auditor geral considera

235 que temos 186 servidores trabalhando na reitoria e isso não pode ser desconsiderado, são todos
236 colegas dos servidores dos câmpus. Sobre a participação sindical, o entendimento é que o
237 Decreto coloca o que precisa ter; quando se diminui isso, fica-se numa situação temerária, mas
238 quando amplia, aumenta a participação e é tudo o que se quer num processo democrático; que
239 no pleito anterior houve judicializações, mas nada referente a isso. O conselheiro Carlos Silva
240 disse que as palavras do auditor aliviam o peso de se correr certos riscos; sabe que todos
241 conhecem a dimensão da importância do sindicato para cada um de nós e para a instituição,
242 mas é preciso separar as coisas; às vezes a gente fica com certo temor em assumir posições no
243 sentido de ser mal interpretado; está fazendo uma salvaguarda, mas não entende qual a
244 necessidade de ter nesse colegiado uma representação sindical, porque o sindicato faz
245 justamente o tensionamento empregado/patrão, representa as nossas lutas; não vê sentido e
246 vê até algum problema de sobreposição; por exemplo, no nosso câmpus temos professores
247 remanescentes do Andes, técnicos filiados à Fasubra, então desconhece o que a representação
248 sindical poderia criar de embaraço na medida em que apenas um sindicato fosse escolhido para
249 fazer parte desse colegiado. Disse que está colocando isso por zelo. O presidente disse que
250 dividiria a questão em duas, a da reitoria e a do sindicato, para se poder discutir. A participação
251 da reitoria era uma preocupação, a CCSCOE fez uma consulta; a lei tem hiatos que a gente tem
252 que resolver; na construção da lei a questão das reitorias ainda não estava sedimentada, então
253 até caberia uma alteração no Decreto, mas a ampliação não feriria o espírito daquele
254 regramento, pois ele quer que as eleições ocorram, com a participação dos envolvidos e precisamos
255 de alguém que faça, também operacionalmente, a eleição na reitoria; que o número de
256 servidores da reitoria é maior que o de muitos dos nossos câmpus; que o procurador não vê
257 óbice e que quanto ao sindicato, é uma participação histórica. Sobre o colégio eleitoral, a
258 conselheira Fernanda Camillo colocou a situação do câmpus Lajeado, um câmpus pequeno, no
259 período de eleições, às vezes tem servidores em férias, precisa pelo menos quatro inscritos para
260 compor a COE, três e um suplente. E que isso poderia não acontecer, porque não é fácil ter
261 candidatos. Que isso foi discutido, aí seria indicação, os membros eleitos entre si escolheriam,
262 mas não foi colocado no regulamento. O auditor Henrique Maia falou sobre a lei que criou os
263 institutos, que diz que o Conselho Superior será composto por representantes docentes,
264 técnicos, discentes, egressos da instituição, sociedade civil, MEC, assegurando-se participação
265 paritária dos segmentos; quando formamos o primeiro Conselho, ampliamos para participação
266 dos sindicatos; o sindicato se faz presente, tem um conselheiro que representa o sindicato;
267 então se aceitamos a participação do sindicato no Conselho é justo não reconhecê-lo como
268 participante do processo eleitoral? O conselheiro Carlos Silva ratificou a questão de zelo na sua
269 fala anterior e concordou com a fala do auditor pelos precedentes apresentados. O conselheiro
270 Emanuel Queiroga disse que se deve debater a questão em algum outro momento, pois se fere
271 a paridade quando aceita a participação do sindicato; devemos discutir se é um representante
272 docente ou técnico do sindicato para ter a paridade como a lei fala. O presidente lembrou que
273 o sindicato não é pela paridade, mas pela representação de membros externos, porque tem
274 representação dos ex-alunos, entidades públicas, sociedade civil; então o sindicato não afeta a
275 paridade. O conselheiro Rafael Leitzke disse concordar com a fala do auditor e do conselheiro
276 Carlos, mas tem dúvida se algum dia for judicializada alguma decisão do Conselho, se a gente
277 vai ter que explicar por que um sindicato, que não tem conhecimento de algum dia ter havido
278 uma reunião entre todos os sindicatos para tirar um representante, é sempre um sindicato que
279 indica; estamos passando por um processo eleitoral que é algo muito importante e qualquer
280 furo deixado abre brecha para judicialização; então fez a pergunta para o Conselho: temos
281 embasamento jurídico suficiente para manter o sindicato como membro de uma comissão
282 eleitoral; essa é a resposta que gostaria de ouvir. O auditor Henrique Maia disse não termos

embasamento, pelo que está posto aqui, para termos um representante conselheiro do sindicato presente na reunião, ele tem que retomar na origem, mas é importante a presença dele como conselheiro; nessa visão da qualidade, a representante do Sinasefe é uma colega docente, que está de licença, e hoje temos uma representante substituta servidora técnico-administrativa e isso é importante no nosso sindicato, ele congrega docentes e técnicos, a questão da paridade pode ficar afetada por não ter alunos, mas isso vai ser entendido pela constituição da nossa representação. Como surgiu a dúvida, vê como complicada; que se como disse o Rafael Leitzke, a coisa foi levada à frente, que já se tenha um posicionamento do Conselho, que foi o que acatou, aceitou e reconheceu; hoje estamos colocando dúvida numa resolução anterior que antecede esta reunião. O presidente colocou em regime de votação a manutenção da representação da reitoria apontada pela CCSCOE, que foi aprovada. Colocou em votação, a seguir, a participação do sindicato na COE central, que foi aprovada com 22 votos e tendo recebido 11 contrários. O conselheiro Rafael Leitzke disse que como se mantém a estrutura proposta pela CCSCOE, em todo regramento diz como será feita a escolha das pessoas de cada um dos segmentos; gostaria que ficasse posto nesse regulamento como o Sinasefe vai articular com os outros sindicatos para fazer a escolha dessa representação. A conselheira Marlise disse que a CCSCOE se baseia no que está no regulamento do CONSUP que diz que é o sindicato com maior número de filiados no IFSul; no regulamento do sindicato diz que quem indica é a executiva; com base nesses dois regulamentos a gente pode se basear para tomar essa decisão. Foi construída e proposta a redação "o indicado pelo sindicato com maior representatividade" O conselheiro Milton Almeida propôs "sendo um representante de cada câmpus, um representante da reitoria e um representante sindical indicado pelo sindicato com maior representatividade". Em relação ao art. 34, excetua-se o câmpus Lajeado, porque são quatro colegas da COE, mas também Jaguarão, Novo Hamburgo que não terão eleição para diretor, só para reitor e não há número de servidores suficientes. O conselheiro Álvaro Nebel perguntou se não poderia ser retirado o impedimento e perguntou qual a razão para o impedimento. O conselheiro Emanuel Queiroga disse que alguns colegas alegaram que seriam ao mesmo tempo julgador e julgado, organizariam o pleito e concorreriam ao mesmo tempo. O conselheiro Álvaro Nebel disse que, desde que ele se descompatibilize da comissão organizadora local, não vê problema de que ele participe da COE. O presidente colocou em votação a possibilidade de participantes da CCSCOE participarem da COE, principalmente em respeito aos câmpus menores, que têm poucos servidores. A conselheira Maria Regina Lima disse que na comissão organizadora também estão os conselheiros, então como vamos participar da COE e depois aprovar. O presidente encaminhou a votação e disse que senão nenhum conselheiro pode ser da COE. A conselheira Fernanda Camillo disse que junto da eleição para a COE em Lajeado vai ter eleição para novos conselheiros, pois o mandato termina em 10 de outubro. O presidente lembrou que para a CCSCOE é só um membro por segmento para cada câmpus, mas também tem a comissão organizadora, aí são todos conselheiros. O presidente colocou em votação a possibilidade de os conselheiros participarem da COE, porque o que diz é que, se são da comissão organizadora, estão fora. Sendo aprovada por maioria a participação dos conselheiros na COE, foi retirada do regulamento a expressão "da comissão organizadora". A seguir, colocou em votação a possibilidade de os quinze participantes da CCSCOE participarem da COE; a proposta teve 19 votos contrários e 16 favoráveis, persistindo então a condição de inelegibilidade dos membros da CCSCOE para a COE. O conselheiro Carlos Silva questionou se as duas alterações feitas resolvem o problema do câmpus Lajeado e disse que talvez fosse o caso de não alterar tanto e tentar achar uma terceira solução, por exemplo, uma ajuda externa; alteramos tudo sem garantia de que o problema seja resolvido; a conselheira Marlise disse que talvez no art. 12 possa ser colocada alguma normativa. Foi dito que câmpus grandes precisam

331 de comissões grandes; câmpus pequenos têm menos eleitores e as comissões podem ser
332 menores, então em vez de fazer as alterações, não colocamos que cada comissão pode ser
333 composta por "até" quatro representantes de cada segmento; não precisa COE gigantesca para
334 organizar uma eleição que é rápida; que na mesa pode ter um docente, um técnico e um
335 discente, não é a eleição maior, é para escolher a COE e é difícil conseguir representantes; então
336 coloca-se o "até" e não se coloca o máximo, podem ser dois por segmento. O conselheiro Miguel
337 Dinis disse que para a votação da COE a gente só diz o número de pessoas que tem que estar
338 presentes no horário da votação, mas os eleitos da COE é o Decreto que regulamenta, não se
339 pode dizer se são menos ou mais pessoas. O conselheiro Milton Almeida perguntou se o Decreto
340 normatiza as COEs por câmpus ou apenas normatiza a COE central. O presidente respondeu que
341 normatiza as duas, mas não estabelece nem mínimo nem máximo para as COEs dos câmpus,
342 normatiza três para cada segmento. O art. 5, § 1º diz que as comissões em reunião conjunta,
343 escolherão os membros que integrarão a COE central; como "conjunta" foi retirada, deve ser
344 reincluída no texto do art. 33; o Decreto não diz, mas pode estar no seu espírito que pode ser
345 tudo de um câmpus; diz que tem que ter paridade; que a reunião conjunta pode ser pela web e
346 tem que ter ata; leu a redação que fez "em caso de não preenchimento do quantitativo
347 necessário para o preenchimento da COE serão indicados pelo Conselho Superior novos nomes,
348 até o preenchimento da mesma". O conselho pode indicar algum colega ou traz de algum
349 câmpus um colega que se coloque à disposição para ir a tal lugar naquele dia. O auditor Henrique
350 Maia disse ter conversado com o conselheiro Rafael Leitzke e disse que deseja esclarecer que
351 na sua fala e na dos colegas talvez tenha dado a entender que a participação sindical dentro do
352 Conselho seja uma concessão desse Conselho, quando não; que pesquisou na Lei 11.892 e no
353 regulamento do instituto; a legislação diz que o Conselho é composto, entre outros segmentos,
354 por representantes da sociedade civil e o sindicato o é; no art. 4º do nosso regulamento, inciso
355 VI, prevê a participação de representante da entidade dos trabalhadores da instituição; então
356 há representação sindical no Conselho, de fato e de direito; disse que o Conselho tem que tomar
357 uma posição, ou aceita ou não aceita, não dá para avançar com a dúvida. O conselheiro Miguel
358 Dinis disse não ter votado, não ser contra o sindicato, que a questão é saber se vai se adicionar
359 algo que não consta no Decreto e cabe ao Conselho decidir; que ele participa do Conselho por
360 lei, mas isso não é o mesmo que participar da COE. O auditor Henrique Maia disse ser
361 sindicalizado, mas aqui não o representa, é vinculado aos conselheiros e seu papel aqui é de
362 orientação, de tentar esclarecer; que falou com o presidente sobre fazer consulta formal ao
363 procurador, mas está na lei. O conselheiro Rafael Leitzke disse que a manifestação do auditor
364 foi bem produtiva, que resolveu metade do problema, por encontrar enquadramento jurídico
365 para a representação do sindicato no Conselho; se quem participa é a de maior
366 representatividade é outra questão; fica a pergunta: nós temos embasamento jurídico, para
367 evitar uma impugnação de uma eleição, mantendo o sindicato nessa comissão, é só a resposta
368 que quer, não é contra ou a favor da participação do sindicato, só quer a integridade do processo
369 eleitoral, porque se vier um questionamento jurídico de uma decisão tomada por uma comissão
370 mal constituída ou por membros que não deveriam estar ali, o que isso vai acarretar? Então o
371 Conselho deveria ter ciência de que tem dúvida jurídica em cima disso. O presidente disse que
372 essa decisão o Conselho já tomou, mas tem que ter consciência que quando votam em algum
373 tema que pode ter repercussão jurídica, eles também estão assumindo a responsabilidade. Se,
374 consultado o procurador, ele achar que está errado, deve vir ao Conselho para decidir se quer
375 manter a decisão ou não; que pode encaminhar a consulta, mas o retorno não é rápido. O
376 conselheiro Rafael Leitzke perguntou se, pelo cronograma, teríamos tempo hábil e sugeriu
377 aprovar o regulamento com essa pendência; se o parecer da procuradoria for favorável tudo
378 bem; caso contrário, retira a participação. O presidente disse que encaminhará a consulta à

379 procuradoria e remeterá o parecer aos conselheiros, logo que o receber, caso seja negativo.
380 Caso haja parecer negativo, podemos reavaliar, ou não; é isso que coloca para o Conselho, se há
381 necessidade de rever o ato, referente ao art. 33. Os conselheiros concordaram em rediscutir a
382 questão, se houver parecer negativo, em reunião na próxima semana. O conselheiro Álvaro
383 Nebel salientou que já foi discutido e aprovado que eles participam da COE, então não tem que
384 consultar, já foi aprovado. O conselheiro Emanuel Queiroga disse ter conversado com o auditor
385 e propôs que o sindicato participaria não como um membro da COE central, mas como uma
386 forma de auxílio, como foi convidado o auditor para participar da CCSCOE; o Conselho também
387 elegeria um membro, entre os presentes hoje, para participar da COE na mesma situação, como
388 observador, evitando discordância com o Decreto nem fere a questão sindical. O presidente
389 propôs a consulta à procuradoria atendendo os conselheiros. O conselheiro Carlos Silva disse
390 que não há como negar a existência de uma questão de poder, pois está sendo discutida há mais
391 de meia hora a questão do sindicato; que a votação feita há pouco foi baseada em algumas
392 informações; que não consegue entender como o sindicato está na COE e levantou o fato de
393 termos mais de um sindicato, o que é um precedente interessante, uma garantia de que é aceito
394 aqui dentro, essa informação foi importasse para que votasse concordando com a participação
395 do sindicato na COE; que houve uma reforma nesse entendimento, ficamos sabendo que o
396 sindicato está dentro do Conselho, mas como representante da sociedade civil, que é diferente;
397 isso dá possibilidade de remodelar os pensamentos, as nossas convicções; é um assunto que a
398 partir de agora vai ter que estar na nossa pauta; que pior que errar é errar e não querer reformar;
399 que achou interessante a proposta do Emanuel Queiroga porque ela contempla a lei, o
400 regulamento e a importância que damos ao sindicato; se constitui uma COE com os membros
401 natos e trazer o sindicato como observador, uma atribuição de participação cidadã dentro da
402 COE. As tarefas que são distribuídas o são aos membros natos e o sindicato entra como
403 observador; solicita ao presidente rever a proposta que tinha sido aprovada antes, votando a
404 proposta do conselheiro Emanuel Queiroga. O presidente lembrou que há duas propostas; uma,
405 de encaminhar consulta à procuradoria sobre a participação do sindicato; a outra, de constituir
406 a COE central com um elemento de assistência ao pleito, observador, como já foi feito na
407 CCSCOE. A conselheira Ana Luiza disse que se existe a representação sindical dentro do CONSUP,
408 por que todo esse questionamento, que o sindicato pode. O conselheiro Emanuel Queiroga
409 explicou que existe uma lei que garante a participação do sindicato no Conselho, mas o Decreto
410 que regulamenta as eleições não fala no sindicato, fala como é a montagem das COEs e fala dos
411 membros da COE. A conselheira Ana Luiza perguntou o que o sindicato pode causar de tão sério.
412 O conselheiro Emanuel Queiroga respondeu que a judicialização; a conselheira Ana Luiza
413 perguntou se houve judicialização na outra eleição. O conselheiro Emanuel Queiroga respondeu
414 que houve judicializações por vários motivos, não por isso. O presidente respondeu que temos
415 que ter um grande cuidado com possíveis judicializações. Que no CaVG, por exemplo, o pleito
416 do professor Álvaro foi judicializado; dois anos depois, no meio do trabalho, e a comunidade o
417 tendo escolhido, teve que parar seis meses para fazer novo pleito; isso gera um transtorno
418 institucional enorme. Que havendo judicialização e se nenhum dos candidatos puder assumir,
419 pode vir alguém totalmente alheio à política institucional, à administração; esse é o medo. Como
420 não há posicionamento claro no Decreto, toda essa questão é levantada por zelo, pela nossa
421 vontade de acertar. Na outra eleição isso não foi judicializado, mas a situação também não caiu
422 na mesa do juiz; se tivesse caído, não se sabe se sim ou não; não é nada contra o sindicato.
423 Colocou em votação a participação do sindicato como observador, tirando-o da composição da
424 COE como membro nato. Por contraste, foi aprovada a participação do sindicato como
425 observador, ajudando na lisura do processo. Foi retirada a proposta de consulta à procuradoria.
426 Os arts. 33 e 34 e seus parágrafos foram reescritos e lidos pelo presidente para anuência dos

427 conselheiros. Em relação a completar a COE, foi sugerido que, em vez de o Conselho indicar, os
428 conselheiros do câmpus onde ela está incompleta o façam, observando a necessidade de manter
429 a paridade. Entrou em análise o Anexo 1 – calendário; foi explicitado que os recursos sobre
430 regulamentos serão recebidos pela CCSCOE, via e-mail, até 23h59. O conselheiro Rafael Leitzke
431 lembrou que 3 de outubro é a data de retorno letivo e a divulgação poderá ficar prejudicada;
432 que enviará e-mail esperando que a comunidade o leia durante as férias. O presidente disse ter
433 encaminhado consulta à procuradoria sobre prazos distintos, considerando as férias do câmpus
434 Pelotas. A secretária Marilvana Tavares leu o parecer favorável, considerando serem colégios
435 eleitorais diferentes. A conselheira Marlise Vitcel lembrou que o CaVG também tem férias dia
436 10. O conselheiro Rafael Leitzke disse não resolver criar um calendário diferente porque precisa
437 terminar o processo dia 10, junto com os demais câmpus e pediu que os conselheiros docentes
438 do câmpus se manifestassem. O conselheiro Milton Almeida vê problema maior em relação aos
439 estudantes; em relação aos docentes disse já haver mobilização de pessoas que pensam em
440 participar das comissões eleitorais; que o máximo a ser feito seria a prorrogação por mais um
441 dia. A conselheira Marlise disse que teria que homologar dia 10 e perguntou se para o CaVG
442 seria possível e salientou que precisa ser respeitado o prazo para recursos, evitando
443 judicialização; que o procurador sugeriu que haja um dia para recursos em todas as fases do
444 processo. O conselheiro Emanuel Queiroga disse que fala em prazo, não em dias, podendo ser
445 horas. A secretária Marilvana Tavares lembrou que também precisa ter prazo para divulgação
446 do resultado do recurso. O presidente perguntou aos conselheiros Álvaro Nebel e Rafael Leitzke
447 poderá ser dia 5, com o que concordaram. A conselheira Marlise Vitcel sugeriu que as inscrições
448 fossem feitas dia 3 e até meio-dia do dia 4 e os recursos à tarde, das 12h às 18h; divulgação dos
449 resultados às 19h. O presidente perguntou se votação na quarta-feira, 5, atende os dois câmpus
450 e se o CaVG garante apoio da chefia de gabinete. O conselheiro Rafael Leitzke respondeu que
451 inscrições até o meio-dia não resolvem o problema do câmpus Pelotas, porque os alunos da
452 noite vão se apresentar dia 3 às 19h e vão estar até às 23h e voltam dia 4 das 19h às 23h; o aluno
453 não virá pela manhã fazer inscrição; precisa de todo o dia 4 para inscrição. A conselheira Marlise
454 perguntou se o câmpus Pelotas concorda em não ter um dia de recurso para as inscrições. O
455 conselheiro Rafael Leitzke não concordou; ratificou que não pode ter eleição somente no dia 3,
456 tem que ser 3 e 4 e precisa encerrar todo o processo dia 7, para não inviabilizar. A conselheira
457 Marlise perguntou o que os colegas acham do prazo para recurso no mesmo dia da eleição. O
458 conselheiro Rafael Leitzke disse que dependendo do recurso, precisa de tempo. A conselheira
459 Marlise lembrou que precisa fazer as cédulas e perguntou quantas o câmpus Pelotas precisa. O
460 conselheiro Rafael Leitzke disse que no mínimo mil. A conselheira Marlise disse que tem que
461 fazer, cortar, assinar. A secretária Marilvana Tavares lembrou que no cronograma faltou a
462 divulgação das inscrições. A conselheira Marlise perguntou se poderia ter reunião do CONSUP
463 no sábado. O conselheiro disse que docentes seria fácil resolver, o que não acontece com os
464 alunos a convocação para atividade extracurricular. A secretária Marilvana Tavares disse que até
465 pode ser uma omissão, mas não está regrado no regulamento do Conselho Superior qualquer
466 impedimento. O presidente disse que pode incumbir a CCS de fazer campanha incentivando a
467 participação nas eleições da COE, mas temos que fechar o prazo. O conselheiro José Itturiet fez
468 o convite para que o CONSUP fosse dia 7, em Sapiranga, porque é o aniversário do câmpus e, se
469 fosse possível, respeitar as datas propostas. O presidente encaminhou no sentido de que as
470 inscrições sejam feitas até as 22h. A divulgação dos candidatos inscritos será feita no sítio
471 eletrônico da instituição. O conselheiro Miguel Dinis sugeriu que as inscrições sejam feitas até
472 às 20h, encaminhamento até 20h30, divulgação dos inscritos até 21h. O conselheiro Rafael
473 Leitzke disse que recebimento de recursos até 23h é inviável, porque o candidato vai ter 1h para
474 fazer o recurso e propôs que o recurso fosse até às 10h do dia 5 e a eleição seria após; disse que

475 no momento em que sair a divulgação dos inscritos, o candidato que não foi homologado vai ter
476 que ter um porquê de não ter sido e com base na negativa vai montar o recurso e isso é inviável
477 em 1h. A conselheira Maria Regina Lima sugeriu recurso via e-mail até às 10h e eleição à tarde.
478 A secretária Marilvana Tavares lembrou a possibilidade de ocorrência de problema no e-mail,
479 disse que deve ter um protocolo de recebimento do recurso; que por e-mail pode não chegar.
480 A conselheira Marlise Vitcel lembrou que o pessoal de Jaguarão faz turnos que às vezes não pega
481 quintas-feiras ou terças-feiras, que todo mundo está nos câmpus é quarta-feira e também tem
482 que pensar o contrário, dia 7 tem que fazer o Consup. O presidente descartou reunião dia 8, por
483 estar viajando. O conselheiro Rafael Leitzke lembrou que na virada de 4 para 5 a própria
484 comissão teria que fazer um plantão de 24h; a divulgação vai ser até 21h, o candidato tem até
485 às 24h para mandar o recurso e até às 3h, 4h da manhã divulgar o resultado, para no outro dia
486 fazer a eleição, que vai avisar o pessoal da gráfica para estar à disposição às 3h, 4h da madrugada
487 para impressão das cédulas. A conselheira Regina Lima sugeriu que a reunião do CONSUP seja
488 sábado e fazer o cronograma de trás para frente porque o início está muito embolado, fazendo
489 a eleição dia 6. O presidente colocou em votação a possibilidade de eleição dia 6, quinta-feira,
490 aprovada. Voltou a análise do calendário: inscrição dos candidatos, 3 e 4 – item 4, até às 20h;
491 item 5, encaminhamento até às 20h30; divulgação até às 23h; item 7, recebimento de recursos
492 até 12h, divulgação da homologação dos candidatos até às 18h. O conselheiro Rafael Leitzke
493 disse que se antecipasse para até 16h facilitaria rodar as cédulas no câmpus; eleição dos
494 candidatos entre 9h e 21h30; apuração do resultado final, dia 6 após 21h30; dia 7, recebimento
495 de recursos até 12h. O presidente cogitou a possibilidade de reunir o Conselho dia 7, à noite. O
496 conselheiro Rafael Leitzke perguntou se a pauta seria só eleição. O presidente disse que seria
497 homologação, avaliação se vai ter primeiro e segundo turno. O conselheiro Rafael Leitzke
498 sugeriu 17h para as pessoas de fora chegarem a Pelotas. O presidente disse que, a princípio,
499 seria em Sapiranga. A secretária perguntou como fazer todo o processo e viajar, porque as
500 pessoas precisam estar nos câmpus para fazer as coisas; o conselheiro Emanuel Queiroga disse
501 que poderia ser a distância. O presidente disse que a reunião poderia ser dia 10, porque o CaVG
502 não tem representantes discentes. O conselheiro Álvaro Nebel disse que as atividades terminam
503 dia 7, mas professores e técnicos estarão na escola na semana de 10 a 14. Foi proposta a reunião
504 dia 10 à tarde. O presidente leu a proposta de cronograma, para submetê-la à votação: 21/9 a
505 28/9, divulgação do regulamento; 29/9 recebimento de recursos sobre o regulamento e
506 divulgação do resultado recursos, até 12h; divulgação dos recursos, até às 23h59; 3 e 4/10,
507 inscrição dos candidatos até às 20h; 4/10, encaminhamento do material aos representantes da
508 CCSCOE; divulgação, até às 23h, dos candidatos inscritos no sítio eletrônico; 5/10, recebimento
509 de recursos até às 12h e divulgação da homologação dos inscritos até 16h no sítio eletrônico;
510 dia 6, eleição entre 9h e 21h30 e apuração e divulgação do resultado final; 7/10, recebimento
511 de recursos até às 12h e divulgação dos resultados até às 16h no sítio eletrônico; 10/10, reunião
512 extraordinária do Conselho. O presidente informou que dia 10 estará representando o CONIF
513 em Portugal; lembrou que a CCSCOE deverá fazer reunião com os eleitos da COE, antes da
514 reunião do Conselho, disponibilizando também webconferência para os que não conseguirem
515 participar presencialmente, que este será o último ato da CCSCOE; que todos os membros
516 devem participar, ou presencialmente ou na sala de webconferência e deve ser elaborada ata
517 dessa reunião. Respondendo ao questionamento sobre a possibilidade de o Conselho também
518 reunir-se via webconferência, o presidente disse que nosso regimento não prevê
519 encaminhamentos e homologações via webconferência, que é um problema legal; que no
520 regulamento do CONIF foi colocada uma cláusula possibilitando extraordinariamente o uso de
521 mídia eletrônica para deliberação de assuntos; que só com a atualização do regimento do
522 CONSUP; que esse é um assunto muito importante e também nunca se fez uma reunião tão

523 grande via web. A secretária Marilvana Tavares explicou que, se o regulamento do Conselho
524 Superior não regulamenta mecanismos para reuniões via webconferência, tal reunião poderá
525 ser impugnada mais adiante, por alguém que não gostou do resultado final da eleição,
526 maculando todo o processo. O presidente disse que temos que ter todo cuidado, que seja tudo
527 com a maior lisura possível e com a maior formalidade possível também para evitar alguma
528 impugnação; perguntou se havia alguma alteração a ser feita no calendário. Não havendo, o
529 mesmo foi aprovado. Perguntou se concordam em continuar a reunião, validando todos os atos
530 definidos após as três horas iniciais da reunião, com o que os conselheiros concordaram.
531 Perguntou se há alguma proposta para o anexo 2, tendo resposta negativa; em referência aos
532 anexos 3 e 4 também não houve propostas para alteração. O conselheiro Álvaro Nebel
533 parabenizou a CCSCOE pelo trabalho feito, pedindo que transmitissem aos colegas participantes
534 ausentes o profundo reconhecimento pelo trabalho realizado; lembrou que este regulamento é
535 para eleger as COEs e passamos a tarde aqui, imaginem o regulamento para a eleição de diretor
536 e reitor; repetiu ser Álvaro Nebel, diretor do CaVG e pediu que se registrasse em ata a sua
537 desconformidade com a falta de clareza neste regulamento da questão do ensino a distância;
538 que levantou e foi voto vencido e só precisa que registre em ata porque a eleição anterior do
539 CaVG foram seis meses de processo, de judicialização, de paralisia, não foram seis meses, foram
540 dois anos; quando assumiu o câmpus em 2013 já sabia que corria o processo para anular a
541 eleição do IFSul; o processo, as questões que tentavam anular a eleição do CaVG foram
542 evidentemente uma discrepância entre o número de votos na urna e o número de assinaturas,
543 perfeitamente justificável para anular a urna, mas na mesma urna tinha votos para reitor; então
544 o magnífico Ricardo Levandovski não foi o que julgou o processo, mas conseguiu separar só a
545 do CaVG pra fazer de novo e a outra não, mas no processo que foi judicializado eram cinco
546 pedidos; um dos pedidos foi não ter ido urna para o ensino a distância de São José do Norte,
547 onde tinha uma turma de profuncionário lá; não teve participação dos alunos de ensino a
548 distância, não houve previsão de participação dos alunos de ensino a distância na COE; então
549 estes dois itens julga de importância porque já foram aceitos dentro de uma denúncia no
550 Ministério Público e são citados quando ele promulga a sentença de afastamento do diretor
551 Álvaro e realização de uma nova eleição; acha e fica preocupado e gostaria que ficasse esse
552 registro de descontentamento na questão de não aparecer claramente o ensino a distância, a
553 condição do aluno a distância no processo. Reforçou os parabéns à CCSCOE e disse que os
554 colegas devem se preparar quando vier o regulamento para diretor e reitor, que será um dia. O
555 presidente disse entender o zelo do conselheiro Álvaro e ele tem toda a história para dizer que
556 esse zelo é importante, mas se vê contemplado quando fala em alunos regulares, em que se
557 entende presenciais e a distância. Disse que as comissões da CCSCOE têm que deixar claro que
558 alunos regulares são todos aqueles alunos, independente da modalidade. Nada mais havendo a
559 tratar, a reunião foi encerrada e eu, Stela Maria Nunes de Castro, digitei a presente ata, que
560 após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

Carla Abreu Jr

Bruna Oliveira

Marlene Siqueira Leite

Wagner

Amélia Jê

CM

Stela Maria Nunes de Castro

Wagner

Flávia K. Costa

Flávia K. Costa